A análise desta Comissão se restringe ao disposto no regimento interno desta Casa nas alínea “a” e “g”, do inciso I, do artigo 102, conforme abaixo descrito:

Art. 102. A competência de cada Comissão Permanente decorre da matéria compreendida em sua denominação, incumbindo, especificamente:

I - à Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos:

a) manifestar-se sobre os aspectos constitucional, legal, jurídico e regimental de projetos, emendas, substitutivos e requerimentos sujeitos à apreciação da Câmara;

(...)

g) admissibilidade de proposições.

2.2 Da Iniciativa do Vereador

O presente Projeto de Lei busca instituir de forma oficial no Município de Unaí, incluindo inclusive no Calendário Oficial do Município, o dia 21 de abril como “Dia Municipal da Segurança Escolar”, bem como a semana da Segurança Escolar que acontecerá no mês de abril neste período.

A autora fundamenta a proposição no seguinte sentido:

“O presente Projeto de Lei visa tão somente a segurança das nossas crianças e adolescentes, diante de diversos casos que aparecem em noticiários oriundo de invasão em escolas e, até mesmo, creches de terroristas munidos de todo e qualquer tipo de arma e até mesmo substâncias naturais e/ou sintéticas. É dever do Poder Público, nos termos do artigo 30 da Constituição Federal, artigo 8º, inciso I c/c artigo 15 e artigo 314, parágrafo único da LOMAM promover medidas segurança às pessoas baseado na proteção e interesse local de que trata os referidos artigos. Vale ressaltar que referido Projeto se adequa perfeitamente ao princípio da Dignidade da Pessoa Humana acerca da dignidade de identidade do artigo 1º, inciso III da Constituição Federal, e tampouco conflita com a competência privativa de outros Chefes do Executivo. A proposta solicitada não gerará impactos financeiros. Dessa forma, solicito o apoio de todos os parlamentares para deliberação plenária requerendo a aprovação desta propositura, a fim de que os trabalhos sejam realizados”. (fls.3)

O autor tem a iniciativa da matéria garantida pelo inciso I do artigo 188 do Regimento Interno desta Egrégia Casa:

Art. 188. Ressalvada a iniciativa privativa prevista na Lei Orgânica,

aapresentação de projeto cabe:

- I - a Vereador;*
- II - a Comissão ou à Mesa da Câmara;*
- III - ao Prefeito; e*
- IV - aos cidadãos.*

Conforme dispõe o artigo 30, I, da Constituição Federal de 1988, “Compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local.” No mesmo sentido, o artigo 17, I, da Lei Orgânica do Município de Unaí assevera que “Ao Município compete, privativamente, legislar sobre assuntos de interesse local”.

A matéria está tratando de data comemorativa e não exatamente da criação de feriado municipal, matéria esta prevista na Lei Federal n.º 9.093, de 12 de setembro de 1995, bem como, em nível Municipal, na Lei n.º 1.087, de 17 de dezembro de 1985, que previu o seguinte:

Art. 1º São feriados municipais de caráter religioso, observado o limite numérico de 4 (quatro) datas, a Sexta-Feira da Paixão - data móvel -, Corpus Christi - data móvel -, o dia 13 de junho, consagrado como Dia de Santo Antônio do Boqueirão, e o dia 8 de dezembro, consagrado como Dia de Nossa Senhora Imaculada Conceição, Padroeira do Município.

Parágrafo único O feriado de 13 de junho, previsto no caput deste artigo, reverencia as comemorações da Romaria de Santo Antônio do Boqueirão, evento cultural, tradicional e popular integrante do Calendário Oficial de Eventos do Município – Coem –, de acordo com a Lei n.º 2.325, de 30 de agosto de 2005.

Art. 1º-A. São feriados municipais de caráter histórico e de incentivo ao sentimento cidadão os dias 1º de janeiro e 31 de dezembro do ano de 2043, em razão do Ano do Centenário de Fundação do Município de Unaí, e o dia 15 de janeiro, consagrado como o Dia do Aniversário da Emancipação Política e Administrativa do Município de Unaí e denominado Dia do Município.

Parágrafo único. No feriado de 15 de janeiro, previsto no caput deste artigo, serão realizadas, notadamente, as comemorações previstas na Lei n.º 2.119, de 2 de junho de 2003, incluindo-se manifestações de conscientização cristã, bem como em reverência aos pioneiros, nos termos da Lei n.º 2.160, de 22 de outubro de 2003.

Assim, o Projeto de Lei nº 65/2023 se insere, efetivamente, na definição de interesse local e não apresenta vício de iniciativa e impedimento para tramitar nesta Casa, já que

não está elencado nas matérias de competência privativa do chefe do Poder Executivo previstas no artigo 61, §1º da Constituição Federal.

2.3 Da Apresentação da Emenda n.º 1

Este relator propõe suprimir o parágrafo único do artigo 1º do Projeto de Lei em análise com o objetivo de retirar a inclusão do dia e da Semana em que se comemorará a Segurança Escolar no Calendário Oficial de Eventos do Município de Unaí denominado Coem, tendo em vista que a Lei n.º 2.124, de 30 de junho de 2003, que criou o Coem prevê o seguinte:

Art. 1º. É criado o Calendário Oficial de Eventos do Município, identificado pela sigla “COEM”, com a finalidade de organizar sistematicamente as festividades do Município, compreendendo os seguintes eventos:

I–datas comemorativas que a Lei fixou ou fixar;
II–feriados municipais de caráter religioso;
III–festas tradicionais, culturais e populares; e
IV–outros eventos que contribuïrem para atingir os seguintes objetivos:

a) incremento do turismo;
b) conservação e desenvolvimento das tradições folclóricas brasileiras;
c) recreação e lazer popular;
d) esportivos e artísticos; e
e) desenvolvimento das atividades econômicas, da indústria e do comércio.

Art. 3º. Os eventos que integrarão o COEM, deverão ser dispostos, nos termos desta Lei, em decreto regulamentar baixado pelo Chefe do Poder Executivo, bem como atualizado, anualmente, considerando a instituição de novas datas comemorativas, bem como a declaração de festividades e eventos, na forma do § 2º, do art. 1º, após a publicação oficial desta Lei. (NR)

Diante disso, não se vê a legalidade para incluir este dia e a semana específicos para a Segurança Escolar no Calendário Oficial do Município de Unaí.

3. Conclusão:

Em face do exposto, opino, salvo melhor juízo, pela constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei n.º 65/2023 juntamente com a emenda apresentada.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 22 de maio de 2023; 79º da
Instalação do Município.

VEREADOR PETRÔNIO NEGO ROCHA

Relator Designado

EMENDA N.º 1 AO PROJETO DE LEI N.º 65/2023

Fica suprimido o parágrafo único do artigo 1º do Projeto de Lei n.º 65/2023.

Unai (MG), 22 de maio de 2023; 79º da Instalação do Município.

VEREADOR PETRÔNIO NEGO ROCHA

Relator designado